PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43, DE 1996

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço anterior à vigência da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para efeito de concessão de adicional de tempo de serviço aos servidores efetivos do quadro de pessoal permanente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal resolve:

Art. 1º A averbação do tempo de serviço anterior à vigência da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos servidores efetivos do quadro de pessoal permanente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço será efetuada nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. A averbação a que se refere este artigo é o reconhecimento do tempo de serviço prestado pelo servidor por assentamento em documento hábil.

Art. 2º O tempo de serviço prestado até 11 de dezembro de 1990 por servidor regido pela Lei nº

1.711, de 28 de outubro de 1952, e legislação complementar, será averbado para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço, nos termos do Anexo único desta Resolução.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, considera-se o tempo de serviço dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal prestado até 31 de dezembro de 1991, de acordo com a Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1991.

Art. 3º O tempo de serviço prestado às Forças Armadas, na vigência da Lei nº 1.711, de 1952, e da Lei nº 8.112, de 1990, será averbado para fins de concessão de adicional por tempo de serviço.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997.

ANEXO ÚNICO
(art. 2º da Resolução nº , de de 1997)
Tempo de Serviço - Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952

Natureza Jurídica	Entidade	Regime	Averbação	Fundamentação Legal
Direito Público	União	Estatutário Celetista	Sim	Art. 145, XI, da Lei nº 1.711/52; art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52; Súmula 137 - TCU
	Estado Federado	Estatutário Celetista	Sim	Art. 145, XI, da Lei nº 1.711/52; art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52; Súmula 137 - TCU
	Distrito Federal	Estatutário Celetista	Sim	Art. 145, XI, da Lei nº 1.711/52; art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52; Súmula 137 - TCU
	Município	Estatutário Celetista	Sim	Art. 145, XI, da Lei nº 1.711/52; art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52; Súmula 137 - TCU
	Território Federal	Estatutário Celetista	Sim	Art. 145, XI, da Lei nº 1.711/52; art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52; Súmula 137 - TCU
	Autarquia	Estatutário Celetista	Sim	Art. 145, XI, da Lei nº 1.711/52; art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52; Súmula 137 - TCU
	Fundação	Estatutário Celetista	Sim	Art. 145, XI, da Lei nº 1.711/52; art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52; Súmula 137 - TCU
Direito Privado	Empresa Privada	Celetista	Não	
	Empresa Pública	Celetista	Não	
	Sociedade Economia Mista	Celetista	Não	
	Fundação	Celetista	Não	
	Serviço Social Autônomo (SENAC,	Celetista	Não	

	SENAI, etc.			
--	-------------	--	--	--